

The background is a solid red color. It features three white geometric shapes: a long, thin parallelogram slanted downwards from left to right in the upper half; a solid white rectangle in the middle; and a white trapezoidal shape slanted downwards from left to right in the lower right quadrant.

CEA II – Centrais Eólicas Assuruá II SPE S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice

BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO	9
3. GESTÃO DE RISCOS.....	14
4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS.....	18
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	19
6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES.....	20
7. INVESTIMENTOS	20
8. IMOBILIZADO.....	21
9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	23
10. FORNECEDORES.....	25
11. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES	26
12. PARTES RELACIONADAS.....	26
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27
14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28
15. CUSTOS DA OPERAÇÃO E COMPRA DE ENERGIA	29
16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS.....	29
17. RESULTADO FINANCEIRO	30
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	30
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	31

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.456	1.023	158.657	133.886
Clientes	5	-	-	24.793	31.699
Outros créditos	6	16.095	18.637	17.465	9.031
		18.551	19.660	200.915	174.616
Não circulante					
Caixa restrito	4	-	-	54.748	46.518
Clientes	5	-	-	22.704	30.278
IRPJ e CSLL diferidos		-	-	-	550
Outros créditos	6	5.362	8.044	4.884	2.642
		5.362	8044	82.336	79.988
Investimentos	7	578.666	562.406	-	-
Imobilizado	8	-	-	886.848	933.960
Intangível	-	-	-	5	160
		578.666	562.406	886.853	934.120
		584.028	570.450	969.189	1.014.108
Total do ativo		602.579	590.110	1.170.104	1.188.724

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Fornecedores	10	-	-	2.967	3.991
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	24.677	12.793	68.747	53.279
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	139	31	9.184	7.202
Passivos de arrendamentos	-	-	-	213	364
Outras obrigações	11	18.967	26.242	8.228	15.774
		43.783	39.066	89.339	80.610
Não circulante					
Fornecedores	10	-	-	8.019	3.736
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	116.499	136.649	659.373	716.620
Passivos de arrendamentos	-	-	-	-	23
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	-	200	134
Outras obrigações	11	35.593	33.006	6.469	6.212
		152.092	169.655	674.061	726.725
Total do passivo		195.875	208.721	763.400	807.335
Patrimônio líquido					
Capital social	13	343.193	343.193	343.193	343.193
Reservas de lucro		63.511	38.196	63.511	38.196
Total do patrimônio líquido		406.704	381.389	406.704	381.389
Total do passivo e patrimônio líquido		602.579	590.110	1.170.104	1.188.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração de resultados do exercício findo em 31 dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	14	-	-	206.951	231.567
Custos da operação e compra de energia	15	-	-	(89.376)	(90.070)
Lucro bruto		-	-	117.575	141.497
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	16	97	-	(10.100)	(10.825)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	-	286	(11.916)
Resultado de equivalência patrimonial	7	58.176	65.204	-	-
		58.273	65.204	(9.814)	(22.741)
Resultado operacional		58.273	65.204	107.761	118.756
Receitas financeiras					
Receitas financeiras	17	727	1.379	18.617	17.849
Despesas financeiras	17	(25.800)	(24.610)	(78.236)	(79.633)
		(25.073)	(23.231)	(59.619)	(61.784)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		33.200	41.973	48.142	56.972
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(14.942)	(14.999)
Lucro líquido do exercício		33.200	41.973	33.200	41.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes do exercício findo em 31 dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	33.200	41.973	33.200	41.973
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	33.200	41.973	33.200	41.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	343.193	310	4.411	-	347.914
Transações com acionistas					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	41.973	41.973
Reversão de dividendos	-	-	1.471	-	1.471
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(9.969)	(9.969)
Absorção dos prejuízos acumulados	-	-	-	-	-
Destinação do resultado	-	2.099	29.905	(32.004)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	343.193	2.409	35.787	-	381.389
Transações com acionistas					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	33.200	33.200
Reversão de dividendos	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(7.885)	(7.885)
Absorção dos prejuízos acumulados	-	-	-	-	-
Destinação do resultado	-	1.660	23.655	(25.315)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	343.193	4.069	59.442	-	406.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	33.200	41.973	48.142	56.972
Ajustes:				
Depreciação e amortização	-	-	49.207	48.895
Resultado de equivalência patrimonial	(58.176)	(65.204)	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	18.098	17.709	73.732	77.345
Receita financeira de aplicações financeiras	(202)	(120)	(18.648)	(17.769)
Baixa de ativo imobilizado	-	-	(2)	191
Amortização custo de captação	1.736	981	1.736	981
	(5.344)	(4.661)	154.167	166.615
(Aumento) redução nos ativos				
Clientes	-	-	14.480	(4.500)
Outros créditos	7.935	(1.150)	(9.895)	669
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	-	-	3.259	(1.874)
Obrigações trabalhistas e tributárias	108	(1)	1.982	854
Outras contas a pagar	(2.604)	5.725	(5.206)	3.885
Caixa proveniente das operações	95	(87)	158.787	165.649
Dividendos recebidos	11.105	-	-	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(15.460)	(14.694)	(66.134)	(68.055)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(15.106)	(15.170)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(4.260)	(14.781)	77.547	82.424
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis	-	-	(1.759)	(2.523)
Integralização de capital em controladas	-	(850)	-	-
Redução de capital em controladas	28.100	26.604	-	-
Aplicações financeiras – caixa restrito	202	119	10.418	18.113
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	28.302	25.873	8.659	15.590
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Pagamento de principal – empréstimos e financiamentos	(12.640)	(11.060)	(51.096)	(46.161)
Dividendos pagos	(9.969)	-	(9.969)	-
Arrendamentos pagos	-	-	(370)	(337)
Caixa consumido pelas atividades de financiamentos	(22.609)	(11.060)	(61.435)	(46.498)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	1.433	32	24.771	51.516
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.023	991	133.886	82.370
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.456	1.023	158.657	133.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CEA II – Centrais Eólicas Assuruá II SPE S.A. (“Controladora”, “Companhia” ou “CEA II”) é uma sociedade por ações de capital fechado sediada em Belo Horizonte (MG), na Avenida Barbacena, no. 472, 4º. Andar, Sala 406. Em 1º. De junho de 2019 a CEA II passou a ser uma sociedade integralmente controlada pela Serena Geração S.A. (“Serena”), por meio de aquisição de 100% das ações pelos seus acionistas controladores ao capital da Serena no âmbito de um contrato de compra e venda de ações do Fundo de Investimentos em Participações em Infraestrutura Energias Renováveis (“FIP IEER”) celebrado em 5 de junho de 2019.

Fundada em 2015, a CEA II é uma companhia que detém participação em ativos de geração de energia elétrica com foco em energia limpa e renovável, que atuam, exclusivamente, na produção e comercialização de energia elétrica.

A CEA II e suas controladas diretas (“CEA II” ou “Companhia”) operam 10 empreendimentos, denominados complexo Assuruá (“UGC Assuruá”), com capacidade total instalada para geração de 235 MW de energia renovável, localizados no estado da Bahia.

A energia produzida é vendida por meio de contratos de longo prazo no ambiente regulado (ACR), obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação ou por meio de contratos em ambiente de livre negociação (ACL), cujos preços sofrem oscilações decorrentes da oferta e demanda de mercado. A CEA II opera parques eólicos e gerência suas atividades de maneira consolidada, considerando apenas um único segmento de negócios e uma única unidade geradora de caixa (“UGC”).

As atividades da Companhia e de suas controladas, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

As atividades da Companhia e de suas controladas, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACL – Ambiente de Comercialização Livre;
- CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- PLD – Preço de Liquidação das Diferenças
- MCP – Mercado de Curto Prazo; e

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; e (ii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 14 de março de 2025, data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera (“moeda funcional”), que no caso da Companhia é o real (“BRL” ou “R\$”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos e transações da controladora e de suas controladas diretas e indiretas (“controladas”). A política contábil para a classificação dos investimentos e sua consolidação está descrita na Nota 7.

As controladas, diretas e indiretas, bem como as participações em *joint ventures* e respectivas atividades agrupadas por unidade geradora de caixa (UGC) são as seguintes:

Controladas diretas	Localização das operações	Atividade e UGC	% Participação total	
			2024	2023
Parque Eólico Assuruá III S.A. ("PEA III")	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá 3	100%	100%
Parque Eólico Assuruá IV S.A. ("PEA IV")	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá 3	100%	100%
Parque Eólico Laranjeiras I S.A. ("PEL I")	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá 3	100%	100%
Parque Eólico Laranjeiras II S.A. ("PEL II")	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá 3	100%	100%
Parque Eólico Laranjeiras V S.A. ("PEL V")	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá 3	100%	100%
Parque Eólico Capoeiras III S.A. ("PEC III")	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá 3	100%	100%
Parque Eólico Curral de Pedras I S.A. ("PECP I")	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá 3	100%	100%
Parque Eólico Curral de Pedras II S.A. ("PECP II")	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá 3	100%	100%
Parque Eólico Diamante II S.A. ("PED II")	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá 3	100%	100%
Parque Eólico Diamante III S.A. ("PED III")	Bahia	Geração de energia eólica – UGC Assuruá 3	100%	100%

2.5 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor. As políticas contábeis das controladas e joint venture são ajustadas, quando aplicável, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Serena.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

2.6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
8	Imobilizado

2.7 Novas normas e interpretações contábeis

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados e/ou emitidos estão demonstrados a seguir:

Alteração ao IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – apresentação de demonstrações financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (pfs)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e respectivas notas explicativas.

IFRS 19: subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – demonstrações consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

Alterações ao CPC 18 (R3) – investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 – demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial

Em setembro de 2024, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) emitiu alterações ao pronunciamento técnico CPC 18 (R3) e à interpretação técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do pronunciamento técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do grupo.

Alterações ao CPC 02 (R2) – efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

Em setembro de 2024, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), emitiu a revisão de pronunciamentos técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo lack of exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no pronunciamento técnico CPC 02 (R2) – efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e no CPC 37 (R1) – adoção inicial das normas internacionais de contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em

ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do grupo.

OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Em dezembro de 2024, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), emitiu o OCPC 10, que trata dos critérios e requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO₂e)¹, Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Este OCPC não tem como objetivo tratar de questões de natureza tributária e jurídica associadas aos créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO). Buscando a primazia da essência econômica sobre a forma jurídica para atingir a representação fidedigna do evento econômico que se propõe representar nas demonstrações contábeis das entidades que reportam. A orientação desse OCPC entra em vigor para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do grupo.

As alterações que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2025 acima descritas não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16

de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

As alterações que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2023 acima descritas não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Serena Energia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da companhia e a continuidade do negócio. A estratégia de gestão de riscos da Companhia, integrada à estrutura de gestão da sua controladora Ômega, objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de uma matriz de riscos e impactos, revisada e atualizada periodicamente, que contempla as áreas operacionais, financeira, jurídica, regulatória, gestão de pessoas e *funding*.

São mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- **Riscos operacionais:** relacionados à eficiência operacional dos ativos, disponibilidade dos sistemas, pessoas e processos internos;
- **Riscos climáticos:** relacionados a sazonalidade das receitas;
- **Riscos de Mercado:** relacionados a preços, inflação e taxas de juros;
- **Risco de crédito:** Relacionados aos créditos com clientes e investimentos financeiros;
- **Risco de liquidez:** relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras.

3.1 Riscos operacionais

A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para as atividades de operação e manutenção (“O&M”) de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente o próprio fornecedor dos equipamentos, e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante. A gestão desse risco é feita no sentido de garantir a disponibilidade e a eficiência operacional das usinas, sendo mantidos planos de manutenção e monitoramento semanal, além de planos de manutenção preventiva e inspeção rotineira dos ativos semestralmente, bem como o acompanhamento tempestivo da geração de energia nos parques, de forma a realizar intervenções necessárias, inclusive em relação aos prestadores de serviços, para corrigir desvios.

A Companhia depende dos serviços de profissionais técnicos na execução de suas atividades e caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode gerar custos adicionais. A área de gestão de pessoas da Companhia possui um processo estruturado para contratar e/ou repor pessoas chave para posições técnicas e de liderança da organização, além de manter objetivos e programas para seu desenvolvimento contínuo e retenção.

Adicionalmente, os processos e sistemas da Companhia contam com um ERP que garante a integração das informações das áreas de negócios com os sistemas contábeis e gerenciais da Serena e são atualizados periodicamente para capturar alterações processuais relevantes e avanços no ambiente tecnológico.

3.2 Risco climático

Os contratos de venda de energia no mercado regulado têm estrutura que mitiga o impacto financeiro de intermitências do recurso eólico. Os contratos são realizados pela modalidade disponibilidade, com pagamentos mensais, sem obrigação mensal de entrega de energia. Além disso, para as obrigações anuais são definidas bandas inferiores e superiores de geração, de forma que não haja impacto econômico para os ativos se a geração de energia estiver dentro dessas bandas (neste dispositivo, são estabelecidos limites inferiores (-10%) e superiores (30% para o 1º ano, 20% para o 2º ano e 10% para o 3º ano e 0% para o 4º ano, os quais funcionam como estabilizadores do fluxo financeiro). As variações de geração são necessariamente equalizadas apenas a cada 4 anos, quando qualquer variação negativa ou positiva é liquidada. Em relação às análises anuais, quando a geração acumulada em determinado período estiver acima ou abaixo dessa banda, liquida-se o excedente a esta banda ao preço de liquidação das diferenças (“PLD”) (quando acima) ou ao máximo entre a PLD ou o preço contratual (quando abaixo). Um dos oito parques que compõem a UGC CEA II não está sujeita a esse mecanismo, pois as variações de geração são ajustadas pelos

preços e penalidades definidas previamente nos contratos.

3.3 Risco de mercado

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas, sujeitas ainda a TJLP e a índices de inflação. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia de longo prazo em vigor possuem cláusula de reajuste inflacionário anual, o que representa um *hedge* natural para as dívidas e obrigações indexadas aos índices de inflação.

A Companhia comercializa energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao PLD decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Parcela substancial da energia comercializada está vinculada aos contratos no ACR, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços. Eventualmente, com vistas a ajustar sua posição estrategicamente ao momento de mercado, a Companhia pode adotar o expediente da descontratação de energia, que consiste em desvincular a energia gerada do ACR para negociá-la no ACL, de acordo com as regras da ANEEL.

3.4 Risco de crédito

Os riscos de crédito decorrem das operações comerciais da Companhia, incluindo os compromissos futuros de venda já contratados ou de investimentos financeiros.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras no ACL, a Companhia exige garantias que podem ser fiança bancária ou outra modalidade de garantia, de acordo com a política de crédito. No ACR, os clientes decorrem dos contratos provenientes dos leilões promovidos pela ANEEL, por meio da CCEE, cujo padrão contratual estabelecido na Convenção de Comercialização de Energia Elétrica na Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, requer a constituição de garantias financeiras como condição necessária à adesão e à operação do agente de mercado no âmbito da CCEE. Esse mecanismo minimiza o risco de crédito da contraparte nesses contratos nas operações liquidadas no curto prazo.

Em relação aos investimentos financeiros, limites de crédito são avaliados e praticados para cada contraparte com a qual temos exposição de crédito. Além disso, a Companhia busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, sendo resumida no quadro a seguir:

	Nota	Consolidado	
		2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	158.657	133.886
Clientes	5	24.793	61.977
Caixa restrito	4	54.748	46.518
Total		238.198	242.381

3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Serena não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos com o BNDES e Debêntures emitidas, sendo seus vencimentos contratuais demonstrados na Nota 9.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. Eventualmente, podem ser utilizados instrumentos de adiantamento de capital ou as contas reservas vinculadas aos empreendimentos para coberturas pontuais de caixa.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, a Companhia tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas têm sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na Nota 9.5.

3.6 Seguros (não auditado)

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil e patrimonial que cobre, entre outros riscos, fogo ou danos às propriedades da Companhia e de suas subsidiárias, como por exemplo danos elétricos/materiais, quebra de máquinas, roubos/furtos de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de raios, explosão, implosão e queda de aeronaves, além de danos causados a terceiros. Além disso, a Companhia

possui, também, cobertura de lucros cessantes que indeniza a perda de lucro líquido e despesas fixas em decorrência de danos materiais que incorram em interrupção dos seus negócios pelo período de até 12 meses. A Companhia acredita que há baixo risco de impacto financeiro decorrente de eventual interrupção em um dos seus negócios dada a diversificação de seu portfólio. A Companhia acredita que mantém seguros adequados ao mercado de atuação da Companhia. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate, junto ao próprio emissor, em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas a operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Banco	31	55	430	17.297
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.425	968	158.227	116.589
Caixa e equivalentes de caixa	2.456	1.023	158.657	133.886
Aplicações financeiras - Caixa restrito	-	-	54.748	46.518
Total	2.456	1.023	213.405	180.404

Em 31 de dezembro de 2024, o caixa e equivalentes de caixa incluem, além dos saldos em contas bancárias, Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e cotas de fundos de investimentos em títulos públicos, com liquidez diária e resgatáveis junto ao emissor.

As aplicações financeiras classificadas como caixa restrito e mantidas no ativo não circulante incluem instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas

normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos obtidos junto ao BNDES, descritos na Nota 9.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria empréstimos e recebíveis e representam os valores a receber pela venda de energia efetuadas pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia, esta matriz é revisada de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

A prática contábil sobre o reconhecimento de receitas está apresentada na Nota 14.

	Consolidado	
	2024	2023
Excedente contratos regulados	28.483	36.057
Contratos LER	19.014	18.208
MCP - CCEE	-	7.712
Total	47.497	61.977
Apresentados no ativo:		
Circulante	24.793	31.699
Não Circulante	22.704	30.278

Contas a receber regulado (LER): representados por contas a receber LER no âmbito de contratos adquiridos em leilões. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários. Possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

MCP - CCEE: o saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias. O risco de crédito desse ativo decorre da própria CCEE.

O saldo a receber registrado no ativo não circulante decorre da contabilização CCEE, cuja mecânica contratual prevê a liquidação em prazo superior a 12 meses.

Não há saldos relevantes em atraso em, portanto, não foi necessário o registro de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Tributos a recuperar				
IRRF/CSLL	495	140	7.498	6.794
PIS/COFINS	1	1	39	39
Tributos diferidos	-	-	4.899	2.658
Adiantamento a fornecedores	-	-	43	43
Partes relacionadas (Nota 12)	20.961	26.540	287	719
Despesas a apropriar	-	-	2.016	1.397
Outros	-	-	7.567	23
Total	21.457	26.681	22.349	11.673
Apresentados no ativo:				
Circulante	16.095	18.637	17.465	9.031
Não Circulante	5.362	8.044	4.884	2.642

A natureza das principais contas do grupo é descrita abaixo.

Tributos a recuperar: contemplam créditos tributários apurados na esfera federal (PIS, COFINS, IR e CSLL) e estadual (ICMS) decorrentes das operações comerciais da Companhia, de investimentos financeiros e da aquisição de equipamentos. Os saldos de IRPJ e CSLL incluem retenções referentes aos resgates das aplicações financeiras. As operações comerciais no âmbito do PROINFA também sofrem retenções na fonte dos impostos federais.

Partes relacionadas: referem-se a rateios de despesas pelo compartilhamento de estrutura e operações de Mútuo à funcionários, conforme detalhado na Nota 12.

7. INVESTIMENTOS

Política contábil

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas consolidadas, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre as empresas consolidadas são eliminados. Ganhos ou

perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

7.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	PEA III	PEA IV	PEL I	PEL II	PEL V	PEC III	PECP I	PECP II	PED II	PED III	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	24.150	95.558	66.503	49.689	69.221	51.101	49.727	60.931	50.948	44.578	562.406
Resultado de equivalência patrimonial	2.858	6.402	3.973	6.368	4.181	10.576	6.067	5.326	3.558	8.867	58.176
Dividendos	(679)	(1.521)	(944)	(1.512)	(640)	(2.171)	(1.685)	(1.598)	(961)	(2.106)	(13.817)
Redução de capital	(1.588)	(3.526)	(3.123)	(2.422)	(3.553)	(3.633)	(2.072)	(2.126)	(3.149)	(2.907)	(28.100)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	24.741	96.913	66.409	52.123	69.209	55.873	52.037	62.533	50.396	48.432	578.666

7.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	PEA III	PEA IV	PEL I	PEL II	PEL V	PEC III	PECP I	PECP II	PED II	PED III	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	23.683	91.470	59.881	47.703	59.419	48.094	44.070	56.048	42.144	39.671	512.183
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	160	690	-	-	850
Resultado de equivalência patrimonial	1.265	6.508	8.318	5.030	9.772	5.584	5.089	6.538	11.034	6.066	65.204
Dividendos	656	811	1.191	212	2.695	285	2.628	985	(170)	1.480	10.773
Redução de capital	(1.454)	(3.231)	(2.887)	(3.256)	(2.665)	(2.862)	(2.220)	(3.330)	(2.060)	(2.639)	(26.604)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	24.150	95.558	66.503	49.689	69.221	51.101	49.727	60.931	50.948	44.578	562.406

8. IMOBILIZADO

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

Os custos de descomissionamento dos parques são contabilizados no custo inicial do ativo imobilizado com base em projeções dos custos que se esperam incorrer para desmontar os parques eólicos e restaurar a localidade realizadas pela Companhia. Os valores são amortizados com base nos prazos de autorização dos parques e o passivo, registrado ao valor presente, é recomposto pela taxa de desconto estimada inicialmente, em contrapartida de uma despesa financeira.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

A composição e movimentação dos saldos consolidados é apresentada a seguir:

8.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

						Consolidado	
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Imobilizado em curso	Outros	Ativo direito de uso	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	908.374	18.693	6.317	186	390	933.960	
Adições	191	1.558	-	-	-	1.749	
Arrendamentos	-	-	-	-	416	416	
Depreciação	(47.172)	(1.611)	-	(40)	(219)	(49.042)	
Baixas	-	-	-	-	(235)	(235)	
Transferências	(2.487)	8.712	(6.317)	92	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	858.906	27.352	-	238	352	886.848	

8.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

						Consolidado	
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Imobilizado em curso	Outros	Ativo de direito de uso de arrendamento	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	952.160	19.854	4.280	14	516	976.824	
Adições	54	241	2.037	179	13	2.524	
Baixa	(154)	-	-	-	(65)	(219)	
Depreciação	(47.069)	(1.402)	-	(7)	(314)	(48.792)	
Remensuração	3.383	-	-	-	240	3.623	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	908.374	18.693	6.317	186	390	933.960	

Em dezembro de 2024, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, a Administração aprovou a mudança de classificação do saldo de ativo de direito de uso de arrendamento, de Intangível para Imobilizado.

Não houve juros capitalizados ao imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

As vidas úteis utilizadas para o cálculo e registro da depreciação no exercício de 2023 são as seguintes:

UGC	Taxa de depreciação		
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Outros
UGC Assuruá II	4,60%	4,00%	14,70%

A Companhia não alterou sua expectativa das vidas úteis dos ativos no exercício.

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados à um ativo qualificado em construção. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

9.1 Composição do saldo

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	Total 2023
Em moeda nacional						
BNDDES	44.071	40.486	542.872	579.971	586.943	620.457
Debêntures	26.147	17.894	119.671	137.925	145.818	155.819
	70.218	58.380	662.543	717.896	732.761	776.276
Custo de transação	(1.471)	(5.101)	(3.170)	(1.276)	(4.641)	(6.377)
Total	68.747	53.279	659.373	716.620	728.120	769.899

Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias por UGCs da Companhia está apresentado a seguir:

	Instituição financeira	Vencimento final	Forma de pagamento	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	Consolidado	
						2024	2023
UGC CEA II	BNDDES	Junho/2034	mensal	TJLP + 2,75%	Fiança bancária, conta reserva, compartilhamento de garantias BNDDES	586.943	620.457
UGC CEA II	Debêntures	Junho/2030	semestral	IPCA + 6,66%	Fiança bancária, conta reserva, compartilhamento de garantias BNDDES	145.818	155.819
						732.761	776.276

9.2 Movimentação do saldo

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures do exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	149.442	769.899
Pagamento de principal	(12.640)	(51.096)
Encargos financeiros pagos	(15.460)	(66.134)
Encargos financeiros provisionados	18.098	73.715
Amortização de custo de transação	1.736	1.736
Saldos em 31 de dezembro de 2024	141.176	728.120

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	156.506	805.823
Pagamento de principal	(11.060)	(46.161)
Encargos financeiros pagos	(14.694)	(68.055)
Encargos financeiros provisionados	17.709	77.312
Amortização de custo de transação	981	981
Saldos em 31 de dezembro de 2023	149.442	769.900

9.3 Cronograma de pagamento

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida são os seguintes:

	Principal	Juros	Total
2025	59.406	10.813	70.219
2026	67.817	9.195	77.012
2027	67.068	7.225	74.293
2028	69.828	6.568	76.396
2029	76.128	7.225	83.353
2030 a 2032	220.719	4.926	225.645
2033 a 2035	125.843	-	125.843
	686.809	45.952	732.761

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de projeção, considerando os fluxos contratuais de amortização de principal, juros e estimativas de inflação e de curva de juros básicos.

9.4 Garantias

As garantias dos financiamentos das Controladas são as usuais a um *Project Finance*, incluindo (conforme descrito na Nota 9.1): contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

9.5 Covenants financeiros

O Grupo está sujeito a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da

Dívida (ICSD). O não cumprimento desses *covenants* pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontrava-se integralmente adimplente em relação aos *covenants*. O cálculo de atingimento do ICSD é apresentado a seguir:

		ICSD – BNDES
		2024
(+) Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		48.142
(+/-) Resultado financeiro líquido negativo / positivo		59.619
(+/-) Resultado de Equivalência Patrimonial Negativo / Positivo		-
(+) Depreciações e amortizações		49.207
(+/-) Perdas (desvalorização) por Impairment / Reversões de perdas anteriores		-
(+/-) Prejuízo/lucro na alienação de imobilizado, investimentos ou intangível		-
(-) Pagamentos efetuados relativos ao Uso do Bem Público e/ou outorga da concessão		-
EBTIDA consolidado ajustado		156.968
(+) Imposto de renda e contribuição apurados no exercício		(14.942)
Geração de caixa das atividades (a)		142.026
(+) Somatório dos 12 meses de pagamento de amortização de principal realizado no ano de referência, exceto a referente ao "Subcrédito social"		51.096
(+) Somatório dos 12 meses de pagamento de juros realizado no ano de referência, exceto a referente ao "Subcrédito social"		66.138
Serviço da dívida (b)		117.234
ICSD auferido (a)/(b)		1,21

10. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2024	2023
Fornecedores O&M, equipamentos e serviços	2.956	3.787
Compra de energia	11	204
Contas a pagar ACR	8.019	3.736
	10.986	7.727
Apresentados no passivo:		
Circulante	2.967	3.991
Não circulante	8.019	3.736

Fornecedores O&M e serviços gerais: representados substancialmente pelos fornecedores de O&M. Conforme descrito na Nota 3.1., a Companhia contrata com prestadores de serviços terceirizados as atividades de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

Compra de energia: as compras de energia são realizadas substancialmente para a cobertura das garantias físicas das UGCs, de acordo com a estratégia de sazonalização de cada unidade.

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Dividendos (Nota 12)	7.885	9.969	7.885	9.969
Partes relacionadas (Nota 12)	46.108	48.768	308	4.157
Serviços	-	-	35	1.649
Provisões diversas	567	511	6.469	6.211
	54.560	59.248	14.697	21.986
Apresentados no passivo:				
Circulante	18.967	26.242	8.228	15.774
Não Circulante	35.593	33.006	6.469	6.212

12. PARTES RELACIONADAS

As informações apresentadas a seguir estão resumidas por UGC contraparte, quando forem relacionados aos saldos com empresas dentro do grupo sob controle da controladora indireta Serena e Grupo Omega Desenvolvimento, que incluem empresas controladas por fundos geridos pela Tarpon (gestor do grupo de fundos de investimentos controladores de Serena), envolvidas com o desenvolvimento e implantação de projetos, mas sem participação acionária pela Companhia.

12.1 Ativos e passivos

O grupo de outros créditos e outras obrigações referem-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

12.1.1 Controladora

	2024					2023		
	Ativo		Passivo			Ativo		Passivo
	Outros créditos	Dividendos a receber	Outras obrigações	Dividendos a pagar	Dividendos a receber	Outros ativos	Outras obrigações	Dividendos a pagar
Serena Geração	-	-	4	-	-	-	-	-
UCG Assuruá	2.765	18.197	46.104	7.885	-	-	-	9.969
Serena Energia	-	-	-	-	-	-	4	-
UGC CEA II	-	-	-	-	11.053	15.487	48.764	-
Total	2.765	18.197	46.108	7.885	11.053	15.487	48.768	9.969

12.1.2 Consolidado

	2024			2023		
	Ativo		Passivo	Ativo		Passivo
	Outros ativos	Outras obrigações	Dividendos a pagar	Outros ativos	Outras obrigações	Dividendos a pagar
Asssuruá	123	-	7.885	-	-	9.969
Asssuruá 1	-	-	-	39	-	-
Asssuruá 3	86	-	-	32	-	-
Asssuruá 5	-	-	-	81	-	-
CEA IV	-	-	-	69	9	-
Delta 1	22	-	-	58	-	-
Delta 2	-	-	-	22	-	-
Delta 3	-	-	-	105	-	-
Delta 5	-	-	-	12	-	-
Delta 6	-	-	-	17	-	-
Delta 7 e 8	-	-	-	43	-	-
Indaiás	22	-	-	66	-	-
Musca	-	-	-	72	-	-
OD 21	-	-	-	70	-	-
OMC	-	-	-	-	35	-
Serena Energia	-	(31)	-	-	110	-
Serena Desenvolvimento	(382)	28	-	10	11	-
Serena Geração	(321)	251	-	23	3.992	-
Serra das Agulhas	41	-	-	-	-	-
Asssuruá 4 & 5	1.013	145	-	-	-	-
GD Parnaíba	(232)	-	-	-	-	-
Outros	(85)	(85)	-	-	-	-
Total	287	308	7.885	719	4.157	9.969

12.2 Demonstração de resultados

O grupo despesas administrativas refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros). Os valores positivos refletem o repasse de custos da Companhia para as partes relacionadas. Eventualmente são realizadas operações de compra e venda de energia entre partes relacionadas.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

A remuneração dos acionistas se dá sobre a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido.

13.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 343.193, representado por 343.193.048 ações ordinárias.

13.2 Distribuição dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

Proposta da Administração	2024	2023
Resultado do exercício	33.200	41.973
Absorção do prejuízo	-	-
Lucro líquido após absorção	-	-
(-) Reserva legal 5%	(1.660)	(2.099)
(=) Lucro líquido ajustado	31.540	39.874
Destinação dos resultados		
Dividendos mínimos obrigatórios	7.885	9.969
Constituição de reserva de lucros a realizar	23.655	29.905

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração), ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração e compras), denominado balanço energético, que credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

O quadro a seguir apresenta a receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Consolidado	
	2024	2023
Vendas no ACR		
Excedente/(déficit) CCEAR	(11.856)	(1.424)
LER	227.504	241.489
MCP	41	81
Impostos e deduções de vendas	(23)	-
PIS e COFINS	(8.715)	(8.579)
	206.951	231.567

15. CUSTOS DA OPERAÇÃO E COMPRA DE ENERGIA

	Consolidado	
	2024	2023
Compra de energia	(98)	(67)
Depreciação e amortização	(49.205)	(48.892)
O&M	(18.273)	(22.110)
Encargos regulatórios	(16.369)	(15.814)
Crédito de carbono	108	-
Outros	(5.539)	(3.187)
	(89.376)	(90.070)

Parcela substancial dos custos de O&M é contratada com prestadores de serviços terceirizados, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Consolidado	
	2024	2023
Despesas de pessoal	(8.958)	(9.609)
Depreciação e amortização	(2)	(3)
Serviços de consultoria e auditoria	-	(82)
Serviços de terceiros	(1.333)	(546)
Outras	193	(585)
	(10.100)	(10.825)

17. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	202	120	18.648	17.769
Outras receitas	560	1.324	4	145
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(35)	(65)	(35)	(65)
	727	1.379	18.617	17.849
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(18.098)	(17.709)	(73.715)	(77.312)
Comissão sobre fiança	(637)	-	(637)	-
Custo de transação	(1.736)	(981)	(1.736)	(981)
Juros sobre arrendamentos operacionais	-	-	(18)	(33)
Outras despesas	(5.329)	(5.920)	(2.130)	(1.307)
	(25.800)	(24.610)	(78.236)	(79.633)
Resultado financeiro líquido	(25.073)	(23.231)	(59.619)	(61.784)

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, pelo método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	2024	2023	Consolidado Categoria
Caixa e equivalentes	158.657	133.886	A
Aplicações financeiras - Caixa restrito	54.748	46.518	A
Clientes	47.497	61.977	A
Empréstimos, financiamentos e debêntures	728.120	769.899	A
Fornecedores	10.986	7.727	A

A – Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação ao caixa restrito, são efetuadas aplicações em títulos de taxas pós fixadas, atreladas ao CDI e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações contratadas substancialmente com o BNDES, remuneradas à TJLP, que é um instrumento de financiamento de projetos de longo prazo, para o qual não existe um mercado ativo, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia apresentados acima são classificados a nível 2 da hierarquia de valor justo.

* * *

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
CEA II – Centrais Eólicas Assuruá II SPE S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CEA II – Centrais Eólicas Assuruá II SPE S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CEA II – Centrais Eólicas Assuruá II SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Emerson Del Vale da Silva
Contador CRC 1SP-237.439/O-9